



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E  
G E S T Ã O D O F U N D O  
D E P R E V I D Ê N C I A



**ANEXO V**

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS**

**1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO – art. 6º, XXIII, “a”, da Lei nº 14.133/21.**

1.1. A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços especializados para inscrição e realização da prova de certificação profissional de nível básico para Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), na modalidade *online*, em conformidade com as exigências estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social, conforme disposto no Manual de Certificação dos Profissionais dos Regimes Próprios de Previdência Social.

1.2. O objetivo é garantir a habilitação do dirigente máximo da unidade gestora, do gestor de recursos, dos membros do comitê de investimentos e do conselho deliberativo e fiscal, a certificação tem validade de 04 (quatro) anos.

1.3. A certificação visa atender as disposições da Lei nº 9.717/98 e da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022 que preveem a certificação como requisito indispensável para a regularidade do exercício da função.

1.4.	<b>Requisitante</b>	FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE NOVA FRIBURGO
1.5.	<b>Fundamentação legal</b>	Dispensa de Licitação na forma eletrônica nos termos do Art. 75, II da Lei nº14.133/21.  Decreto nº 12.343/2024.  Decreto Municipal nº 1.942/2023 e nº 3.358/2025 e demais normas correlatas.
1.6.	<b>Período</b>	O prazo de vigência da contratação é até a emissão da certificação que será fornecida pela empresa contratada.
1.7.	<b>Tipo</b>	MENOR PREÇO NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/21.

1.8. Aquisição/Serviço especializado para inscrição e realização da prova de certificação profissional nível básico para Regimes Próprios de Previdência Social, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
	Contratação de empresa certificada pelo Ministério do			



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E  
G E S T Ã O D O F U N D O  
D E P R E V I D Ê N C I A



1	Trabalho e Previdência – MTP/SPREV – para certificação profissional, de nível básico e por meio de exame de provas na modalidade online, do Dirigente (1 inscrição), Gestor de Recursos (1 inscrição), Membros do Comitê de Investimentos (5 inscrições), Membros do Conselho Deliberativo (5 inscrições) e Membros do conselho Fiscal do Fundo de Previdência do Município de Nova Friburgo/RJ. Código da Certificação: CP RPPS	25470	SERV	17
---	--	-------	------	----

1.9. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1.746/2022.

1.10. O prazo de vigência da contratação é até a emissão da certificação pela empresa contratada.

1.11. A prestação de serviços é caracterizada como não-contínua, considerando que a certificação tem validade de 04 anos.

1.12. Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado mediante dispensa de licitação, em sua forma eletrônica.

1.13. A contratação ocorrerá por Dispensa de Licitação, visto que a competição é inviável, não é adequado o procedimento licitatório, aplicando-se menor preço.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – art. 6º, XXIII, “b”, da Lei nº 14.133/21.**

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Este documento visa à contratação de serviços técnicos especializados para atender às exigências da legislação previdenciária, sendo a responsabilidade do ente federativo ou entidade gestora do RPPS a habilitação dos Dirigentes, dos membros do Conselho



Deliberativo, dos membros do Conselho Fiscal, dos membros do Comitê de Investimentos e do responsável pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS.

2.3. A contratação se justifica no fato de que a certificação profissional do RPPS é uma exigência prevista na Lei Federal nº 9.717/1998, da Portaria do MPS nº 1.467, de 02 junho de 2022 e ao Manual de Certificação Profissional.

2.4. Os serviços solicitados envolvem a realização de certificação profissional, de maneira a permitir qualificação profissional e garantir que os servidores disponham de conhecimentos das melhores práticas para a gestão e a operacionalização do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos do município de Nova Friburgo.

2.5. Essa certificação é fundamental para garantir uma gestão previdenciária atual e dinâmica, promovendo a sustentabilidade do regime conforme as exigências constitucionais e normativas.

2.6. Dada a incapacidade do Município de prestar esse serviço, com a inexistência de profissionais especializados no quadro de servidores, é indispensável a contratação de empresa especializada para a execução dessas atividades.

2.7. Essa contratação permitirá ao Fundo de Previdência garantir a qualificação profissional dos servidores, possibilitando a adoção de medidas estratégicas a longo prazo, além de uma gestão mais eficiente, em conformidade com as melhores práticas e requisitos legais.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO – art. 6º, XXIII, “c”, da Lei nº 14.133/21.**

3.1. A solução resume-se na contratação de empresa credenciada junto ao Ministério da Previdência Social para a certificação profissional dos servidores que irão compor o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e o Comitê de Investimentos, além do Dirigente da Unidade Gestora do RPPS e do Gestor de Recursos da Unidade Gestora do RPPS.

3.2. Com a contratação, caberá ao Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo promover o prévio pagamento de taxa para que os servidores possam realizar o exame profissional.

3.3. Após o pagamento da taxa de inscrição, a empresa credenciada deve disponibilizar o agendamento via sistema da prova do exame para realização por até 90 (noventa) dias.

3.4. Caberá a empresa disponibilizar agendamento do exame de certificação para o Gestor Dirigente, o Gestor de Recursos, além dos 5 (cinco) membros do Conselho Deliberativo, os 5 (cinco) membros do Conselho Fiscal e 5 (cinco) membros do Comitê de Investimentos.

3.5. Após a realização do exame profissional, que se dará na forma do edital da entidade credenciada contratada e do manual de certificação profissional do Ministério do Trabalho e Previdência – MTP/SPREV, a empresa realizará a correção das provas e, se o profissional



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E  
G E S T Ã O D O F U N D O  
D E P R E V I D Ê N C I A



atingir o número mínimo de questões, será considerado aprovado, cabendo a certificadora emitir o respectivo certificado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos.

3.6. As regras a serem aplicadas serão aquelas definidas no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão de Regimes Próprios de Previdência pelo Ministério do Trabalho e Previdência – MTP por meio da Secretaria de Previdência – SPREV.

3.7. Somente podem ser contratadas empresas credenciadas pelo Ministério da Previdência Social.

3.8. Após a emissão do certificado, com validade de até 04 (quatro) anos, encerra-se a prestação de serviços.

3.9. Considerando as condições estabelecidas, a contratação se amolda à hipótese de Dispensa de Licitação prevista no Art. 75, II, da Lei 14.133/2021, por atender ao valor máximo permitido para a contratação sem licitação – R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), valor atualizado pelo Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024.

3.10. A Lei nº 14.133/2021 estabelece a possibilidade de dispensa de licitação em determinadas situações, como no caso de serviços cuja natureza justifique a contratação direta.

3.11. Neste contexto, **o valor estimado para a contratação é de R\$7.070,00 (sete mil e setenta reais)**, encontrando-se dentro do limite estabelecido para a dispensa.

3.12. Cabe ressaltar que, apesar da contratação direta, o procedimento será formalizado de maneira a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com a devida publicação no sítio eletrônico oficial e a possibilidade de recebimento de propostas adicionais, conforme exigido pela legislação.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – art. 6º, XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21.**

4.1. Para a contratação dos serviços técnicos especializados, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

4.1.1. Experiência comprovada na prestação de serviços que englobem a inscrição, realização adequada das provas e emissão de certificação profissional em conformidade com o manual de certificação profissional do Ministério do Trabalho e Previdência – MTP/SPREV, mediante atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos públicos ou entidades similares.

4.1.2. A empresa responsável pela certificação deverá comprovar capacidade para realização do serviço supracitado, além de comprovar que é detentora de corpo técnico especializado para a prestação do serviço.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E  
G E S T Ã O D O F U N D O  
D E P R E V I D Ê N C I A



- 
- 4.1.3. Apresentar registro regular em órgãos ou conselhos profissionais aplicáveis.
- 4.1.4. Zelar pela confidencialidade e sigilo de todos os dados em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados.
- 4.1.5. Capacidade de fornecer soluções alinhadas às normas do Ministério da Previdência Social, Constituição Federal, legislações federais, estaduais e municipais pertinentes.
- 4.2. Requisitos da Equipe Técnica:
- 4.2.1. Ser composta por profissionais qualificados.
- 4.2.2. Incluir profissionais com experiência na prestação do serviço.
- 4.2.3. Demonstrar conhecimentos técnicos específicos fundamentais para a prestação do serviço.
- 4.3. Os Serviços contratados devem:
- 4.3.1. Disponibilizar plataforma *on-line* para inscrição dos servidores que realizarão o exame de certificação.
- 4.3.2. Disponibilizar plataforma *on-line* para a realização do exame, além de fiscais para assegurar, mesmo que à distância, a realização adequada do exame, assegurando a integralidade e combatendo qualquer possível fraude.
- 4.4. Prazos e Entregas:
- 4.4.1. Cronograma detalhado das entregas, com prazos específicos para cada etapa dos serviços.
- 4.4.2. Garantia de resposta ágil a solicitações adicionais feitas pelo Fundo de Previdência Social.
- 4.5. Conformidade Legal e Normativa:
- 4.5.1. A empresa deve estar atualizada com as exigências da legislação previdenciária, incluindo a Lei Complementar nº 101/2000 (Responsabilidade Fiscal) e normativas do Ministério da Previdência Social.
- 4.6. Critérios de Seleção e Contratação:
- 4.6.1. Menor preço, dependendo da complexidade dos serviços exigidos.
- 4.6.2. Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.



4.6.3. Avaliação de propostas com base em critérios objetivos, como experiência e capacidade técnica comprovada.

4.7. Garantia de Qualidade e Resultados:

4.7.1. A contratada deve oferecer mecanismos de controle de qualidade para assegurar a precisão dos estudos e a adequação às normas aplicáveis.

4.7.2. Garantia de que os serviços realizados sejam suficientes para a inscrição e realização do exame, além da emissão da certificação, em conformidade com a legislação vigente e o Ministério da Previdência Social.

4.8. Esses requisitos são fundamentais para assegurar que o contrato atenda às necessidades legais, normativas e estratégicas do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – art. 6º, XXIII, “e” c/c art. 40, §1º, II, da Lei nº 14.133/2021.**

5.1. A contratada terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, para iniciar a prestação dos serviços.

5.2. O prazo de execução dos serviços será de até 120 (cento e vinte) dias.

5.3. Os serviços serão prestados de forma remota, em dias úteis e em horário comercial.

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. O serviço de emissão do certificado será confirmado definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados após a verificação da regularidade dos certificados e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se em definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.9. A garantia legal ou contratual da prestação de serviços tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E  
G E S T Ã O D O F U N D O  
D E P R E V I D Ê N C I A



caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.10. O contrato será vigente até a emissão dos certificados de qualificação profissional, a vigência pode ser prorrogada caso seja apontada alguma irregularidade pelo Ministério da Previdência Social ou irregularidade na prestação do serviço.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – art. 6º, XXIII, “f”, da Lei nº 14.133/21.**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, na forma do *caput* do art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, na forma do art. 115, § 5º da Lei nº 14.133/2021.

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do *caput* do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, na forma do art. 117, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, na forma do art. 117, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

6.3.3. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, na forma do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, na forma do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, na forma do *caput* da Lei nº 14.133/2021.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E  
G E S T Ã O D O F U N D O  
D E P R E V I D Ê N C I A



6.6. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, na forma do art. 121, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/21.

6.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.12. Os fiscais do contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13. Os fiscais designados pelo contratante deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações do CONTRATANTE:

6.16.1. Atestar as faturas/notas fiscais da contratada oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada.





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E  
G E S T Ã O D O F U N D O  
D E P R E V I D Ê N C I A



6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como no instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação da contratada.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO – art. 6º, XXIII, “g”, da Lei nº 14.133/2021.**

7.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE NOVA FRIBURGO – CNPJ: 07.032.277/0001-45 – ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, nº 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO, RJ, CEP.: 28613-001.

7.2. A Nota Fiscal deverá ser enviada para o e-mail: [fundoprev.pmnf@gmail.com](mailto:fundoprev.pmnf@gmail.com).

7.3. Da liquidação da despesa:

7.3.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 3116, de 19 de setembro de 2024, [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html).

7.3.2. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 3116/2024, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html).

7.4. Do pagamento da despesa:

7.4.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 3.116, de 19 de setembro de 2024, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

7.4.1.1 Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E  
G E S T Ã O D O F U N D O  
D E P R E V I D Ê N C I A



7.4.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o contratante efetuar o pagamento do valor devido.

7.4.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4. Na forma do art. 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – art. 6º, XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021.**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa licitatória, com fundamento na hipótese do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF.

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União –  
<https://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>.

8.2.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União –  
<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>.

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação Jurídica:

8.12.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.12.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.12.1.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.12.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas



Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.12.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.12.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 8.12.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.12.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).



8.12.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.12.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.12.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### 8.12.3. Qualificação técnica:

8.12.3.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente compatível em características, quantidade e prazos com o objeto, mediante atestado(s) fornecido(s) por Institutos ou Fundos de Previdência, para as quais tenha a contratada executado o mesmo serviço.

8.12.3.2. Profissionais devidamente qualificados para a execução do serviço.

8.12.3.3. Credenciamento no Ministério da Previdência Social no âmbito do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró-Gestão RPPS.

8.12.3.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E  
G E S T Ã O D O F U N D O  
D E P R E V I D Ê N C I A



local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.13. Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

8.14. As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial, na forma do art.58 da Lei 11.101/2005.

8.15. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

8.16. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

8.17. Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.18. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES.**

### **9.1. Da Contratada:**

9.1.1. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do contrato e cumprir fielmente com o presente termo com fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor.

9.1.2. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento da prestação de serviços objeto do Edital.

9.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega da prestação de serviços.





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E  
G E S T Ã O D O F U N D O  
D E P R E V I D Ê N C I A



9.1.4. Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na dispensa de licitação.

9.1.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução da prestação de serviços.

9.1.6. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado.

9.1.7. Manter endereço eletrônico (*e-mail*) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação, comunicando, imediatamente, o contratante em caso de alteração.

9.1.8. Comunicar ao Fundo de Previdência a existência de quaisquer problemas que, porventura, venham a ocorrer referente ao cumprimento do presente termo durante sua vigência.

9.1.9. Permitir e facilitar ao Fundo de Previdência a inspeção pela fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução do objeto contratado.

9.1.10. Apresentar Nota Fiscal no endereço indicado pelo Contratante, com termo de recebimento e aprovação emitida pelo Fundo de Previdência.

9.1.11. Responder por perdas e danos a qualquer prejuízo que venha a causar ao Fundo de Previdência ou a terceiros, em razão de ação ou omissão de seus funcionários, sendo doloso ou culposo, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeita.

9.1.12. Manter durante toda a execução do serviço as condições inicialmente pactuadas.

9.1.13. Cumprir o cronograma de execução do serviço.

9.1.14. Apresentar toda a documentação prevista dentro do período de validade.

9.1.15. A contratada deverá oferecer uma plataforma segura e confiável para a realização da prova de certificação profissional de nível básico na modalidade *on-line*. A plataforma deve garantir a integridade do processo com sistemas de segurança que assegurem a identidade dos participantes, a proteção contra fraudes e a confidencialidade das informações. Além disso, a plataforma deverá ser de fácil acesso, estável e capaz de suportar o número de participantes, garantindo uma experiência de prova sem interrupções.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E  
G E S T Ã O D O F U N D O  
D E P R E V I D Ê N C I A



9.1.16. O pagamento será realizado conforme dispõe o Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019, em parcela única, ou seja, à vista. No entanto, a prestação de serviço poderá ocorrer no decorrer no período de 120 (cento e vinte) dias de acordo com o cumprimento da demanda e exigência necessária para a emissão da certificação profissional.

## 9.2. Da Contratante:

9.2.1. Comunicar a contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues, visando atender a necessidades do Fundo de Previdência Social.

9.2.2. Efetuar o pagamento da contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada no procedimento de dispensa de licitação e no Contrato.

9.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas.

9.2.4. Fornecer, conforme modelos disponibilizados pela contratada, todas as informações necessárias à consecução dos serviços previstos neste contrato, inclusive relativas aos dados cadastrais e financeiros dos servidores ativos e inativos, dos pensionistas, bem como aos elementos técnico-jurídicos que possam influir nas análises pertinentes.

9.2.5. Corrigir as informações disponibilizadas, tantas vezes quanto forem necessárias, conforme entendimento e orientação da contratada.

9.2.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela contratada fora das especificações do contrato.

9.2.7. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2.8. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

9.2.9. Demais condições constantes do contrato de dispensa de licitação.

## 10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento, por parte da contratada, das obrigações assumidas no presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1. Comete infração administrativa a contratada que:



- 
- 10.1.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.
- 10.1.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 10.1.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato.
- 10.1.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- 10.1.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- 10.1.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 10.1.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 10.1.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- 10.1.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 10.1.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 10.1.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 10.1.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- 10.3.1. Advertência.
- 10.3.2. Multa.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E  
G E S T Ã O D O F U N D O  
D E P R E V I D Ê N C I A



10.3.3. Impedimento de licitar e contratar.

10.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. A multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), deverá ser calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5. A multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta.

10.6. A multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

10.7. A multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

10.8. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos.

10.9. A Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.10. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

10.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.12. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – art. 6º, XXIII, “i”, da Lei nº 14.133/2021.**

11.1. Fundamentação:

11.1.2. A estimativa do valor da contratação nos Estudos Técnicos Preliminares (ETPs) tem por objetivo registrar o custo estimado da solução escolhida, possibilitando à Administração Pública avaliar a viabilidade econômica e a adequação orçamentária da contratação. Vale destacar que essa estimativa não



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E  
G E S T Ã O D O F U N D O  
D E P R E V I D Ê N C I A



se confunde com a pesquisa de preço utilizada para verificar a conformidade e aceitabilidade das propostas.

11.1.3. Neste contexto, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para inscrição, realização da prova e emissão do certificado profissional, visa atender às necessidades do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo, especificamente para a qualificação profissional dos servidores do Fundo de Previdência, membros do conselho fiscal e deliberativo e comitê de investimentos, conforme determinações do Ministério da Previdência Social, a certificação tem validade de 4 (quatro) anos, referente ao período entre 2025 e 2028.

11.1.4. Dado a ausência de mão de obra especializada no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e a necessidade de emissão de certificação feita por uma empresa certificada pelo Ministério da Previdência Social, se mostra a solução mais adequada às necessidades do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo/RJ, conforme verificado no levantamento de mercado. Assim, a estimativa de preços preliminar serve como uma referência inicial do investimento necessário para a implementação dessa solução.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – art. 6º, XXIII, “j”, da Lei nº 14.133/2021.**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

<b>Órgão/Unidade Orçamentária</b>	<b>Programa de Trabalho</b>	<b>Fonte de Recursos</b>	<b>Natureza da Despesa</b>
<b>Fundo de Previdência Social</b>	<b>37.001.0412200012.002</b>	<b>1802</b>	<b>33.90.39-78</b>

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

13.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2. O Termo de referência elaborado foi elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos.

Nova Friburgo/RJ, 09 de maio de 2025.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E  
G E S T Ã O D O F U N D O  
D E P R E V I D Ê N C I A



ELABORADOR	APOIO TÉCNICO
<p>Assinado por CLAUDIA CRISTINA DE ASSIS SERRA 089.***-***-*** Prefeitura Municipal de Nova Friburgo 22/05/2025 16:49:04</p> <p><b>Cláudia Cristina de Assis Serra</b> <b>Coordenador de Nível Superior do Fundo de</b> <b>Previdência</b> <b>Mat. 062.960</b></p>	<p>Assinado por LUIZ FELLIPY GRATIVOL DEMANI 063.***-***-*** Prefeitura Municipal de Nova Friburgo 23/05/2025 09:49:09</p> <p><b>Luiz Fellipy Grativol Demani</b> <b>Agente Administrativo</b> <b>Mat. 301.705</b></p>

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO – PA-e.**

Ciente, de acordo.

Assinado por THIAGO PARREIRA FERREIRA COIMBRA.  
054.\*\*\*-\*\*\*-\*\*\*  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
22/05/2025 16:54:18

**Thiago Parreira Ferreira Coimbra**  
**Subsecretário de Gestão do Fundo de Previdência**  
**Mat. 199.383**